

[Introdução geral]

TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS DO IMAGINÁRIO CIBERCULTURAL ATUAL

Intolerância, dependência digital e educação heterodoxa em tempos de hibridações e algoritmização da vida social

Eugênio Trivinho
Angela Pintor dos Reis

Não é para falar e agir como os que dormem.
HERÁCLITO (2012, p. 137)

1. Nota preliminar

Estrutura temática da obra

A ABCiber tem o prazer de colocar a público o volume 3 de sua Coleção de Textos de Cultura Digital. A obra, organizada como *ebook online* aberto a acesso universal, reúne um conjunto significativo de reflexões teórico-conceituais e análises empíricas a um só tempo representativo do arco de tendências temáticas atuais do campo de pesquisas sobre fenômenos, processos e produtos da chamada cibercultura, aqui considerada como época social-histórica, atinente à fase digital e interativa do capitalismo tardio, inteiramente mediatizado por dispositivos capazes de tempo real.

Cibercultura em tensão se sustenta em seis grandes seções temáticas, tão bem recortadas quanto internamente conexas, em seu entrecimento semântico de fundo. O primeiro bloco liga representações individuais e formações identitárias às formas incontidas de intolerância nas redes sociotecnológicas. Esse importante recorte de estudos sobre macrotendências comportamentais, pragmáticas e morais da cibercultura, em níveis nacional e transnacional, destina-se ao enfrentamento teórico-conceitual da problemática da interação (desde a clássica “relação social” à “vinculação” corrente), dos entrelaçamentos virulentos e inesperados da identidade convencional com os mecanismos socioculturais e políticos de exclusão insistente, dos modos de aprovação social através de práticas imediatistas de referendo ou descarte – vida ou morte – por meio de *media* miniaturizados e à luz de impressões reativas sobre o outro, seus desempenhos e produções; e da dimensão inquietante do estranhamento no contexto do tenso liame entre identidade e alteridade. O segundo movimento temático enfoca criticamente a algoritmização generalizada das relações sociais, abrangendo a natureza idiossincrática e enredadora desse tipo de realidade digital emergente e sua respectiva governamentalidade; o *modus operandi*, os horizontes e as consequências do registro e armazenamento permanentes dos rastros digitais de todas as práticas sociais (culturalmente conservadoras ou politicamente contestatárias, desde o consumo e o entretenimento despreocupados até as ações ciberativistas anticapitalistas); o léxico de sentimentos na sociabilidade distribuída, especialmente em períodos de conflito e disputa agudos em contextos políticos de exceção; e a necessária crítica à lógica da recomendação algorítmica e sua conseqüente formação de públicos. A terceira seção temática trata da dependência digital e suas repercussões sobre os processos cognitivos, a

memória e o comportamento social e individual – uma escala de abordagem que não deixa de prever evidentemente as configurações sociopatológicas peculiares ao acoplamento pré-verbal estrito – tão banal quanto compulsivo hoje em dia – entre corpo, subjetividade, aparato tecnológico, rede invisível e visibilidade interativa, mescla sociotécnica geralmente fora de questionamento na pragmática do senso comum. O quarto bloco desloca o interesse reflexivo e analítico para a imbricação entre espaço urbano convencional, imaginário tecnológico e territorialidades virtualizadas, em especial as das chamadas “cidades inteligentes”. A seção abarca preocupações ligadas ao desenvolvimento e partilha do conhecimento às expensas da colaboração em rede, bem como em relação às redes sociotecnológicas como *locus* fértil de culto a personalidades e de fabrico de celebridades historicamente instantâneas. O quinto movimento temático recai sobre as tendências da cultura juvenil e a da cultura indígena no que tange a práticas comunicativas com *media* móveis, envolvendo saúde, comportamento e preocupação ecológica. O sexto e último bloco, que arredonda a estrutura reflexiva da obra com talhe infaltável, ficou reservada à problemática da técnica no âmbito da educação na cibercultura. Incluindo perspectivas teóricas pós-binárias sobre tendências sociotécnicas contemporâneas, a seção lança importante luz para a compreensão dos processos alternativos emergentes de formação na época atual, a serem pensados dentro e fora dos espaços institucionalizados de educação formal; e, no caso destes, a contribuição se realiza sob o arco de investimento reflexivo numa pedagogia tão heterodoxa que coloca em xeque os próprios usos educacionais conservadores das tecnologias e redes digitais.

O traçado estrutural da obra, assim expresso pelo efeito multiconcêntrico de todas as seções temáticas, abriga, em suma, proposições e indagações tão cruciais quanto representativas de interesses teóricos, epistemológicos e/ou metodológicos sobre discursos e práticas, produtos e fatos, processos e tendências mediáticos da civilização tecnológica atual. O conjunto das argumentações, na escala de luz seletiva que projetam sobre o mundo, em seus respectivos segmentos especializados, recobre racionalidades tecnológicas e enredamentos sociais voltados tanto para a [tentativa de] ascendência de poder sobre imensas populações, mediante videovigilância e controle em tempo real, quanto formas de apropriação e utilização desses mesmos instrumentos de mediação social e produção de realidades e que contrariamente obedecem ao trajeto oposto, a saber, à necessidade de liberdade e escape, nem sempre, portanto, o que se apriosa previsto no e pelo *modus operandi* originariamente projetado pela respectiva mentalidade produtiva. Sob o diâmetro desse pêndulo, a obra corresponde, no todo, a um exercício de criticidade fundamental acerca tanto das veias mais significativas das macroformações sociotecnológicas em curso, quanto, no miúdo, de hábitos cotidianos e habilidades cognitivas individuais correspondentes ao imaginário social peculiar da fase histórico-cibercultural da vida humana.

2. Síntese reescalada das principais problematizações priorizadas

Esses apontamentos merecem, com efeito, ser desdobrados sob diapasão de maior envergadura, capazes de prover aprofundamento reangulado sobre as placas tectônicas em jogo. Se se pode sintetizar, de forma livre e bem-sucedida (bem como sem violência teórica), uma obra tão internamente diversa ou, em mão retroativa, conjuntizar o diverso numa síntese consequente e iluminadora sobre as linhas de força da obra e que, ao mesmo tempo – do ponto de vista teórico e temático –, vão além dela, destaquem-se, em reescalamento

metacompreensivo,¹ serem igualmente seis as problemáticas prioritárias abordadas, entre outras subsumidas na tessitura reflexiva das contribuições capitulares.

Em primeiro lugar – e não exatamente nesta ordem –, comparece o eixo da exclusão e da intolerância (de que atualmente se avantejam todas as formas de ódio propalado nas redes sociotecnológicas). A cibercultura, em razão do *modus operandi* no qual e pelo qual se realiza como acontecimento social-histórico e tecnopolítico, não é propriamente a inclusão, a despeito de inúmeros discursos – governamentais e corporativos, acadêmicos e extra-acadêmicos, publicitários ou não – que defendem tal ingenuidade política, acedendo, em conjunto, à cegueira histórica, típica das visões cuja intencionalidade, voluntária ou involuntariamente, não deixa de ter relações diretas ou indiretas, assumidas, aplacadas ou inconscientes, com o tecnoufanismo. Justamente porque o terreno social da época digital e interativa é íngreme e inóspito, com novos tipos de desigualdade em curso (referenciada, por exemplo, na capacidade econômica individual de apropriação de máquinas digitais capazes de tempo real e, a partir destes, de acesso a redes interativas), a inclusão comparece estrategicamente nas narrativas sociais na qualidade de tecnoutopia, com a agravante de já estar sendo realizada. A lógica da exclusão está aninhada, desde o princípio, com o tecido social da cibercultura. Essa injunção irrecorrível acumula-se, mais recentemente, após o povoamento massificado das redes sociotecnológicas, com a intolerância dos “incluídos” em relação à alteridade diversa, isto é, à diferença de etnia, de cultura, de cor, de gênero, de crença, de categoria social etc. – enfim, de rosto [para lembrar Lévinas e Deleuze], em sua sublime equivalência com uma totalidade identitária ao nível da individualidade. Enquanto a exclusão é o espelho fidedigno de uma realidade tecnocultural cuja dinâmica é caudalosamente centrípeta, criando macrobolções de marginalização correspondentes, a intolerância e sua oitava superior, o ódio, são, por assim dizer, a “verdade” das massas cujas prerrogativas social-históricas lhes permitiram (conquista de) acesso a máquinas interativas e redes de sociabilidade *online* antes de terem alcançado estágio de consciência social matriciada em princípios de reconhecimento e/ou respeito ao outro, em contextos educacionais compatíveis com a transmissão (institucional ou não) de parâmetros ou critérios (não necessariamente morais ou religiosos, mas sempre políticos *lato sensu*) para exercitar a “relação com” tais sociotecnologias e rincões/paisagens simbólicas de rede. O fato de, a rigor, a bulhosa (e, até certo ponto, incontrolável) linha que ruma do velho preconceito e racismo à xenofobia atual e, desta, à homofobia e à antessala do feminicídio não promanar necessariamente de lacuna estrutural de aprendizado e cognição obtidos em sistemas escolares instituídos, antes se gestando do húmus cultural da socialização primária e secundária na família e fora dela, isto é, no embate inescapável da subjetividade *in progress* com contextos concretos de relações sociais, no seio das quais a instituição escolar vigora apenas como um ingrediente, não raro sem poder para conter, que dirá “resolver” o historicamente “inextirpável” componente cultural de violência contra a alteridade – retomando-se, esse fato patenteia *per se* o gigantesco problema com o qual a teoria socialmente orientada (nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente a Comunicação) precisa lidar de forma renovada, com reedição atualizada de sua promessa epistemologicamente iluminadora.

O segundo eixo prioritário de preocupação da obra recobre o imperativo enredador do algoritmo e do processo social de algoritmização das práticas sociais numa época de monopolização pós-industrial mundial do “serviço robótico-automatizado” de *browsers* e plataformas digitais de relacionamento com potência de responsividade e interação autônomas. Essa algoritmização corresponde, como processo macrofuncionalista, à última [no sentido de mais recente] dinâmica camada de sociotecnificação generalizada da vida humana na civilização mediática em tempo real. Do ponto de vista tecnocultural, a algoritmização se acumula historicamente, como remodulação imanente, aos tradicionais processos de

¹ Ainda que sob o risco de alguma reiteração, que, de involuntária, apenas sublinha o principal.

glocalização (de *glocal*, nem global, nem local, antes vertente de terceira grandeza) (cf. TRIVINHO, 2007, 2012, 2014), de *dromocratização* (de *dromos*, prefixo grego que remete a corrida, a rapidez, no limite, a velocidade e, em acepção figurada e extensa, a produtividade, agilidade ou habilidade) (cf. VIRILIO, 1984a, 1984b, 1995, 1996) e de *transpolitização* (isto é, atinente a fenômenos, processos e tendências que já se colocam para além da capacidade de controle e/ou administração por parte das instâncias legadas pela modernidade política dos séculos XVIII e XIX). Do ponto de vista sociotécnico longitudinal, a algoritimização se acumula, como reescritura cibercultural, aos processos de *informatização* de todos os setores socioculturais e econômico-financeiros, de *virtualização* das práticas sociais, da alteridade e das mercadorias, de *hipertextualização* (por *links* de remissão intra- e interredes, intra- e intraprodutos digitais) de toda a realidade interna da rede, e de *cibericonização* dos terminais [*écrans*] da visibilidade digital, para “facilitação” da relação entre ente humano e objeto infotecnológico – a velha interatividade (com aparelhos/robôs, com sistemas/redes e com alteridades) vigorando como modelo “popular” de prática massificada no perímetro desse “circuito fechado” (e ao mesmo tempo “aberto” a todos os rincões do mundo) com as tecnologias capazes de rede interativa. A efetividade histórica dessas tendências tecnoculturais somente se tornou possível no rastro do amplo referendo social à veloz *miniaturização infotecnológica* posterior à Segunda Guerra Mundial, processo que culminou na transferência progressiva de funções e tarefas antes exclusivamente humanas para a robótica de consumo, bem como na sintetização intermediática e multifuncional representada pela “celularização” da cultura e da vida social (com os *écrans* dos telefones celulares assumindo funções totalmente heterodoxas ao concederem algum acesso à Web e, no rastro deles, os *smart phones* fazendo gravitar em torno de suas multifuncionalidades os demais *media* ou processos convencionais de mediatização (referentes à indústria radiofônica, fonográfica, cinematográfica, videográfica, televisiva, jornalística etc.), de par com a mesma flexibilidade alcançada pelos *tablets*). Mais recentemente, após a *biometrização* tecnoburocrática geral das individualidades (da linha que vai do campo corporativo à esfera institucional), a chegada da varredura geográfica do planeta por tecnologia GPS [*Global Positioning System* / Sistema de Posicionamento Global] e a aplicação profusa da *realidade aumentada* e da *realidade 3D* na publicidade e em vários setores comerciais, a primeira década do século XXI viu enraizar-se social e culturalmente a algoritimização de todos os processos de emissão, recepção e irradiação de informações, imagens e dados na civilização glocal, confirmando-se, em seu braço histórico mais avançado, interativo e socialmente multicruzado, a ultraflexibilidade da linguagem digital de que proveio. Renovando a reciclagem estrutural da “epiderme sociotecnológica” com a qual, na qual e a partir da qual todas as práticas humanas têm atualmente operado reverberações (mediatas e imediatas), a algoritimização, como invenção sociotécnica epocal, individualiza a legibilidade digital das atuações na rede e as “comanda” de modo livre, invisível e impessoal, por “acolhimento” e processamento totais dessas atuações, demarcando, por artifício de “reconhecimento”, a cada digitação, *click*, *post*, *comment*, *like* etc., um campo de rotas “coerentes” exclusivamente vinculadas a um único usuário (que pode não ser a mesma pessoa) do IP (Internet Protocol) do aparelho rastreado desde o início. A lógica do algoritmo, política *lato sensu*, funda a armadilha sociotécnica – ainda pouco politizada em reverso, com criticidade e profundidade – que embaraça, num nó de várias pontas imperceptíveis, liberdade pessoal (dada pelo arbítrio individual de apropriação e uso da máquina e da rede), privacidade (então “entregue” por livre e espontânea vontade, pelos rastros deixados pelas trajetórias *online*) e controle social (a céu aberto e descentralizado, isto é, desprovido de centro diretor identificável). Isso significa que a algoritmização não somente media relações sociais (a começar pela máquina, com a rede e com sistemas específicos, além das alteridades); antes, ela cocria a realidade: mediante “provocação” do sujeito à pró-atividade (ele que se põe civilmente desimpedido para tanto), a algoritmização realiza, a um só tempo, a “captação” de suas

demandas *online*, o rastreamento conjuntizador dos dados atinentes e o *feedback* instantaneizado com “proposições” identitárias aos rastros individuais (compatíveis com o histórico de percursos vinculado ao Internet Protocol (IP) do equipamento utilizado para acesso à e permanência na rede. Em equações extensas, a algoritmização devolve ao sujeito o resultado de sua própria vida social (pregressa e recente) na rede, tal e qual esta vida se imaterializa em decisões tomadas, em escolhas feitas, em gostos expressos, em preferências não definitivas etc. e, ao fazê-lo, provê-lhe, em centésimos de segundo (se não já quando ele a adentra, sem ter sequer declinado escolhas subsequentes), um universo de signos (*links*, textos, vídeos etc.) que o enreda perceptivamente nos traços e pertences de sua própria “identidade de usuário” (extraída dos rastros até então e “jogada” de volta a ele) e, assim, reforçando diuturnamente o espelho do mesmo, desacostuma, de modo socialmente problemático, os sistemas cognitivo-perceptivo e psicoemocional do sujeito para lidar necessariamente com a (tolerância democrática à) diferença em matéria de alteridentidades individuais. O miolo artificioso dessa engrenagem deve, como saldo político, ser sobrelevado: a algoritmização, sob o álibi dissuasivo da coprodução socialmente positiva de identidades individuais, pertence, em sua manifestação sociofenomênica, ao processo histórico de otimização das formas totalmente descentralizadas de controle social, sendo delas uma das mais sofisticadas e eficientes – senão a pior delas – na atualidade, em razão da invisibilidade operacional de todo o processo que enreda o indivíduo com a “ajuda” de sua vontade própria e que, respondendo pelo sistema imperceptível de poder subsumido, se mistura com a produção da própria vida individual e coletiva. Ela concretiza, nesse artifício sociotécnico de enredamento, o que Foucault já denunciava como sendo a lógica macrossocial típica de uma época inteira (a dos anos 70 em diante, correspondente ao advento da chamada “sociedade de controle”): de forma sedutora, ela requer a fala (faz o sujeito falar), devolve a fala (dá satisfação ao sujeito), interage entrefalas, infinitas vezes (dando ao sujeito prova de satisfações em sequência, incansavelmente), e, no caudal dessas “devoluções”, urde, sem face, sem urdir, o emaranhado intrincado de fiações da qual privacidade e identidade individuais jamais sairão imunes ou ilesas. Todos esses apontamentos recolocam *per se*, na ordem permanente do dia, a irresoluta questão da *surveillance* (vigilância propriamente eletrônica) como forma de governo sociotecnológico automatizado de populações inteiras que se realiza mediante escambo simbólico voluntário e fatal com a (cessão da) privacidade. Essa injunção banal não significa senão, em sentido inverso, que o desejo individual de partilha em rede, mortal à privacidade, aduz, na raiz, consentimento, de varejo, à vigilância coletiva sem olho, no atacado, esboroando, pois, para além de qualquer mecanismo moderno de controle político vigente, a lógica jurídico-liberal do Estado de Direito segundo o qual um dos primeiros direitos civis é o direito individual à privacidade, doravante em sua forma de proteção dos dados.

O terceiro eixo prioritário de preocupação da obra, assentado no fundamento do segundo – e, por isso, pode, aqui, receber tratamento sucinto –, recobra a questão do acoplamento humano-máquina propriamente dito, no estirão social-histórico da cibercultura. Esse acoplamento dispõe de longa história pregressa, remontando, mais significativamente, ao alvorecer da modernidade industrial, no final do século XVIII. Em emblema histórico conhecido, tratava-se, à época, de acoplamento idiossincrático entre corpo e máquina no recorte específico do tempo produtivo, em linha de montagem: a taxa de dromocratização desse arranjo infraestrutural como representação do capital industrial subordinava a operação corporal individual ao tempo e às necessidades impessoais da sistemática maquinica. A longevidade cientificista do século XIX, que viu organizar-se o modelo taylorista de administração e controle do processo de trabalho, bem como o preâmbulo do padrão fordista de produtividade representou aprofundamento importante do mencionado regime de acoplamento entre indivíduo e infraestrutura tecnológica tal e qual regida pelas necessidades de produção de mercadorias, de expansão das margens de lucro e de reprodução ampliada do capitalismo – vale

dizer, uma relação entre corporalidade trabalhadora e imperativo da temporalidade industrial, entre estrutura psíquica e determinações de maquinário, entre sujeito e forma social-histórica da vida humana. A grande mudança nessa seara, no que tange especificamente ao âmbito cotidiano das relações sociais, foi o século XX, em especial no veloz estirão posterior à Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento do maquinário comunicacional (analógico) de consumo (como o telefone, o rádio e a televisão), de par com todos os eletrodomésticos de praxe (geladeira, micro-ondas, liquidificador etc.), sob princípios irreversíveis de *downsizing* (atinentes a um processo de miniaturização progressiva), arrastou, em avalanche beneficiada pelo “barateamento” de unidades e pela “facilitação” do sistema de crédito, todas as máquinas possíveis para dentro do espaço doméstico, selando, na interação diferenciada com objetos tecnológicos, a infraestrutura da vida no tempo livre. Na lógica desse cerco ao corpo pelos produtos tecnológicos da ideologia pós-industrialista (aquela que se capitaliza pela exploração de marcas, em detrimento das unidade de produto e seus valores de uso), o espaço físico imediato e a exigência de sua ocupação para rumar ao encontro de botões de acionamento ainda mediavam a relação entre indivíduo e tecnologia: a autonomia espacial do corpo ainda “respirava” no intervalo entre ele e o objeto. Esse “traslado maquínico” da esfera pública da produção para o reduto doméstico viu-se socialmente acompanhado, de forma simultânea, pela gradativa dependência corporal dos meios tradicionais de transporte (barco, navio, trem, avião, automóvel etc.): a urdidura do movimento de interiorização de uma dependência é da mesma natureza daquela que posicionou o sujeito no interior de tecnologias de locomoção em rotas terrestres, marítimas e aéreas. No estirão social-histórico da miniaturização tecnológica levada às últimas consequências a partir da última década do século XX, na forma ultrassofisticada de “próteses digitais” doravante em circulação social banalizada e das respectivas redes em tempo real, a teoria social (e, com ela, a da Comunicação) nunca se deparou com um modelo de acoplamento humano-máquina tão implacável e intenso: com ele, descredencia-se qualquer questionamento à percepção – já de senso comum – de que, nesse âmbito, o vivido está, de fato, não somente no quadro da dependência tecnológica invisível, mas também na fronteira imperceptível com a compulsão protoclínica tão normalizada que acaba por se confundir como sendo vida. Em acréscimo, o “acontecimento” da relação entre corpo, equipamento e tela (celulares, *smart phones*, *notebooks*, *tablets*, sensores de *virtual reality* etc.), ou entre psiquismo e rede em tempo real ou, em *episteme* menos concreta, entre imaginário individual e *imagèrie* de rede põe-se, assim, do ponto de vista macrocultural, como um “borrão sociopsicotecnofenomenológico” experienciado quase que compulsoriamente (não houvesse liberdade envolvida para a sua recusa total, sempre disponível), por pressão pantópica (isto é, vinda de todos os lados e, ao mesmo tempo, de lugar nenhum). Após a costura da proximidade espacial da máquina doméstica em relação ao corpo e da contiguidade entre este e os *media* portáteis, a próxima fronteira da ideologia pós-industrialista da inovação tecnológica e comunicacional tende a ser a capitalização massificada da epiderme como mercado, correspondentemente ao levar nanodispositivos digitais capazes de tempo instantâneo para o interior do corpo: à mera lógica da conjugação ou justaposição entre um elemento e outro seguir-se-á, portanto, a introjeção literal do segundo no primeiro. Em que pesem as claras injunções autoritárias reportadas, salta aos olhos o diminuto tratamento crítico a essa ordem de coisas na cibercultura, o que testemunha a delonga histórica tardia da demissão intelectual já especificada em outro lugar (TRIVINHO, 2001).² Em geral, mesmo no espaço da reflexão

² O trecho, de par com os apontamentos do tópico inteiro, não abrange, em seu arco de remissões pressupostas, a já velha temática da imbricação entre redes cérebro-neurais e redes artificiais (por comandos seja mecânicos, seja cerebrais, com acionamento de voz ou não) que inúmeras experimentações científicas integrando teorias da auto-organização, da ciência cognitiva e da inteligência artificial retiraram da seara comercial da ficção científica para transformá-la em realidade, mormente para fins medicinais e/ou de saúde pública. Igualmente, a reflexão em curso não evoca experimentos de vanguarda artística voltados para a demonstração do quanto o corpo pode ser

propriamente acadêmica, a matéria tem sido objeto de abordagens tão cientificamente descritivas quanto tacitamente referendadoras, quando não abertamente concordantes ou, às vezes, promocionais, como se o questionamento a um modelo social-histórico de vida cotidiana articulada por apropriações tecnológicas que instauram culturalmente esse acoplamento equivalêsse, de partida, a um absurdo teórico. A persistência dessa condição de rarefação de tensão perpetua, igualmente, a urgência de tratamentos questionadores não somente sobre a natureza e o *modus operandi* dessa lógica tecnocultural de época, mas, mais fundamente, sobre o próprio conjunto de razões (políticas *lato sensu* e também transpolíticas) que explicam a sua existência. A eternização da ausência dessas abordagens no debate público – tão raras são, nem ao menos sobre os tipos de acoplamento (se autoritários, menos autoritários, híbridos, isto é, “refechados” fisicamente na máquina/tela/rede e, ao mesmo tempo, abertos à projeção em tempo real para o mundo – tem substrato ultraconservador, propendendo em favor da defesa do *status quo*.

O quarto eixo de preocupação da obra revisita a relação entre cidade e rede. Juntamente com a questão social do acoplamento entre humano e máquina, a sinonímia da hibridação entre geografia convencional e imaterialidades instantâneas, enfim, entre local e global talvez seja uma das temáticas mais antigas, inesgotáveis e importantes do campo de estudos da cibercultura. A exemplo do que sempre ocorre no caso de temáticas que envolvem o espaço público, propostas teórico-epistemológicas com subsunções de esquerda e de centro-direita do espectro político convencional esgrimam sobre o mencionado entrelaçamento mediático-cidadino, sem consenso a respeito. Para além de preocupações meramente metodológicas, há uma franja empírica fundamental do mencionado entrelaçamento que repercute, em imanência, na exigibilidade da própria estratégia epistemológica de leitura atinente: há décadas inexitem, nesse recorte, duas polaridades – cidade e rede –, mas, a rigor (para todos os efeitos sociofenomenológicos), *somente uma* dimensão, subsumida na qualidade de uma *condição glocal* (cf. TRIVINHO, 2012, 2014) que marca a vida humana atual na civilização mediática, condição nem global, nem local, antes configurando macrorresultado de terceira grandeza, inteiramente outra, já realizada de forma unitária e internamente múltipla e tensa (a depender dos *media* envolvidos, bem como de suas apropriações e usos), em escala regional, nacional e internacional, sem que a culminância se reduza seja a uma polaridade (global, rede, imaterialidade), seja a outra (local, cidade, geografia). Para privilegiar a presentidade infotecnológica em razão doravante das apropriações e usos de *media* miniaturizados com base no acoplamento majoritário entre humano e máquina conforme o modelo antes apontado, as redes em tempo real (a depender apenas de qual *device* está em operação), juntamente com os conteúdos nela acessados, deságuam, relativamente desimpedidas,³ no lugar em que o corpo se encontra e a subjetividade atua, enquanto – há simultaneidade inexorável no processo – o lugar do corpo e da subjetividade, bem como eles mesmos, tornam-se um “ponto” no multirreticulado tecido inespecífico e infindo das ondas eletromagnéticas. Ambas as polaridades se dissolvem em caminho socialmente misturado toda vez que, em qualquer local da cidade, haja, acionado, *media* representativo da globalidade de algum tipo comercial de rede. [A desinência desta última oração evoca o fato de que a realidade glocal, em seu braço mais desenvolvido (até o momento), digital e interativo, serve, desde o início, à reprodução social-histórica do capitalismo, em sua fase hodierna e internacional mais avançada, cibercultural.] Borrão

potencializado por dispositivos cibertecnológicos. O segmento argumentativo trata tão somente da atadura tecnocultural entre corpo/mente e máquina/tela/rede, típica do universo (sociotecnológico, (trans)político e de consumo) dos fenômenos comunicacionais em tempo real – algo que o social-histórico ainda não viu grassar em contexto cotidiano.)

³ O argumento pressupõe *empíria* sociopolítica e tecnológica fora de condições de exceção, a saber: acesso sob regulação democrática e a partir de equipamentos com desempenho compatível com as versões exigidas pelo parque infotecnológica e pelas linguagens digitais vigentes.

unidimensional, embora não homeostático, antes talhado por imprevistos conflitos internos, doravante é, a rigor, impossível, do ponto de vista político e coletivo, não propriamente desatar os elementos binários estruturais que integram o glocal, mas impedir que eles se entretaçem em rota uníssona, em fusão para sempre indistinta, entre global e local, superados. No miolo sociofenomenológico, os antes polos cedem ao *entre* predominante. Do ponto de vista social-histórico, certas modalidades de hibridação – como a telecomunicacional em tempo real – são irreversíveis: emergiram com força fenomênica para se perpetuar, não importam os ventos (brandos ou caudalosos) do devir. O entrelaçamento paradoxal entre espaço citadino, herança histórico-cultural universal do passado remoto, e espaço imaterial e satelitizado das redes interativas, invenção sociotécnica da história ocidental das últimas cinco décadas, repõe a questão fundamental do híbrido, expressa no dilema ainda insolúvel sobre quais estratégias teóricas são as mais adequadas para a sua apreensão e compreensão. Em palavras específicas, essa condição glocal, que promana da esteira de hibridações culturais anteriores e prevalentes (no contexto das raças, da culinária, da linguagem, da música etc.) e reescala profundamente outras hibridações (arroladas logo abaixo), pressiona, necessariamente, em contrapartida dialética, o labor cognitivo e, em especial, aquele da ourivesaria da *episteme*, requerendo superações de paradigmas e inovações terminológicas. Na filigrana da ferida, o desafio é monumental: o ocidente metafísico e científico não proveu *episteme* típica para o cumprimento dessa tarefa. Majoritariamente identitária ao cadinho secular de força da sistematização cartesiano-positivista de ingredientes claros e distintos, aos pares em alinhamento coerente, a cultura ocidental legou o modelo tradicional – hoje ultraconservador, do ponto de vista da teoria social – de abordagem dos recortes objetivos mediante dicotomias conexas [mente e corpo, tempo e espaço, público e privado, próximo e distante, masculino e feminino, indivíduo e sociedade, imaginário e real, verdadeiro e falso, e assim por diante, não curiosamente uma espécie de bolha mimética e expansiva do tratamento concedido à natureza dos sentidos perceptuais sobre o mundo vivido aculturados sob tal modelo binarista (claro e escuro, amargo e doce, liso e áspero, limpo e sujo, seco e molhado etc.). Sob tal racionalidade da representação ocidental de mundo, a natureza da realidade é construída mediante foco privilegiado em elementos específicos, para defini-los em sua silhueta empírica e terminológica (vale dizer, para controlá-los, evitando dispersão constatadora e/ou interpretativa) e, em passo subsequente, conjuntizá-los num mosaico cuja lógica explícita e de fundo se nutre de todos os fatores antes fatiados. Esse modo de representação da realidade, diante da “estranha” natureza dos fenômenos híbridos (sobretudo os gestados no estirão da comunicação eletrônica em tempo real a partir de meados do século XX), nem a solução pela estratégia do paradoxo resolve mais. O *e* tático do paradoxo, no tocante ao trabalho interpretativo, entrega flagrantemente a sua insuficiência ao obedecer ao princípio empírico da justaposição ou contiguidade ante o aspecto essencial em jogo no híbrido, a saber: seu *modus operandi* de fusão e autodissolução dos elementos implicados. O húmus historicamente distintivo do híbrido se põe para além da lógica somatória e integrativa do paradoxo. Fundamentalmente, o híbrido deve ser apreendido pelo meio, com lupa e pinça, jamais pelas pontas, isto é, de forma bruta, pelas margens, mediante mobilização de pares polares claros e distintos, sob a vã esperança de, com tais cartas separadas, alcançar-se depois o centro do recorte objetual considerado, ele mesmo rebelde a esse tipo de tratamento. Essa exigência de fundo metodológico se projeta direta e fatalmente sobre o trabalho de escolha e construção dos conceitos, a começar por seu estrato significante.⁴ É horizonte que remanesce: urgem categorias novas e, com elas, novos esquemas de interpretação – antiocidentais em essência – para apreender a natureza, a lógica e as consequências das hibridações tecnoculturais emergentes.

⁴ Evoque-se que o conceito de glocal funde, já nesse estrato epistêmico, aquilo cuja lógica empírica ele deseja dissecar e desmontar, mais que constatar e descrever.

O quinto eixo de preocupação da obra abarca as formas comportamentais de apropriação e uso de tecnologias digitais e redes interativas. A título de registro sinalizador, valerá evocar, a respeito, apenas alguns aspectos geralmente implicados, na convicção de que também esse assunto acolhe tanto mais nesgas de luz quanto mais se dilata o diapasão para observá-lo. Todo e qualquer objeto técnico e tecnológico (e com eles as redes atinentes) somente *é* o que *é* de acordo com a natureza, a escala, a intensidade e a frequência de suas respectivas formas de apropriação e uso. De outro modo, qualquer invenção técnica e tecnológica (incluindo, no caso, suas objetualidades e redes), conquanto possuam sentido *per se* em razão de sua inserção na cultura como ente existente, *é* absolutamente inerte em matéria de cumprimento de suas promessas sociofuncionais e culturais de origem. São as modalidades de apropriação e uso – múltiplas, diversas, voláteis, imprevisíveis – que justificam historicamente, legitimam sociopoliticamente e promovem culturalmente a sua existência, o seu desenvolvimento e as suas consequências. Esse aspecto fundacional corresponde, no mais, ao que justamente impede, na imanência identitária e por coerência – desde os bastidores da ourivesaria epistemológica até a espinha dorsal explícita da argumentação correspondente –, que a reflexão seja contaminada pelo determinismo tecnológico, que consiste, como perspectiva ou prisma de angulação, na suposição de que, por exemplo, os *media* digitais e as redes interativas são, em termos social-históricos, não somente o que são por simplesmente existirem, como também – e sobretudo por isso – explicam a totalidade de sentidos e de repercussões de suas próprias formas de apropriação e uso. Nessa direção, inúmeras mediações – de classe social, de categoria profissional, de gênero, de faixa etária etc. – remodulam constantemente as formas sociais majoritárias de mobilização cotidiana desses *media* miniaturizados capazes de instantaneização das relações sociais para cumprimento de objetivos de trabalho, lazer e vida. O comportamento, atravessado por injunções de tempo e espaço e nas quais se enraíza ou se subsumem valores socioculturais introjetados e atuados pelo sujeito, corresponde a apenas uma. Considerada essa veia específica, vigora, não por outros motivos, algo sempre idiossincrático na apropriação e uso das tecnologias e redes de comunicação e informação. Em *episteme* recontextualizada, a cultura, como macromediação genérica e, a um só tempo, concreta, tanto quanto axiomática e inelidível, urde e matricia, em suma – do bojo à crosta –, cada prática glocal interativa, em sua singularidade de manifestação social, seja ela conservadora ou liberal, dispersiva/escapista ou rebelde/contestatária, seja ela educacional ou de articulação política, de sociabilidade e/ou de entretenimento, e assim por diante. Mais ainda, o substrato da cultura, identificável ou inespecífico, gesta e rubrica o comportamento individual e coletivo investido – desde a intencionalidade originária até as últimas consequências – no trato com os ingredientes materiais, simbólicos e imaginários da época, implicando-se aí sobretudo os conteúdos diuturna e tautologicamente colocados em circulação. *Cibercultura em tensão*, reunindo estudos acurados sobre a questão no contexto mais atual da civilização mediática, recobra a atenção para o fato de que *é* preciso guardar o devido cuidado a respeito, evitando-se generalizações teoricamente infrutíferas.

Em excursão adicionalmente dissecador dessa discussão, o aspecto (trans)político mais relevante implicado na relação entre *media*, redes e comportamentos *é* o saldo majoritário de confluências positivistas – voluntárias ou involuntárias, conscientes ou não – de todas as práticas sociais que, mediatizadas em tempo real, operam em prol da reprodução social-histórica do modelo multicapitalista predominante de vida social sob *mainstream* digital-interativo massificado e em escala internacional – equação que convém delongar prevendo-se nela seus próprios elementos desdobrados, a saber: práticas sociais autoflexionadas e pluri-insufladas por modos de acoplamento entre humano e máquina prazerosamente insidiosos e assediantes (quase socialmente compulsórios, tão pantópicos e impalpáveis se põem), nutrido por formas de apropriação e uso de *media* miniaturizados sob dependência socialmente obliterada, tudo doravante agravado por algoritimização alfandegária em todos os contextos

glociais de acesso, recepção/emissão/irradiação e atuação/permanência *online*, bem como por hibridação glocal entre lugar cidadão convencional e não-lugar infogeográfico (cf. VIRILIO, 2002), a qual condiciona, por sua vez, a facilitação sofisticada e o aprofundamento irreversível da *surveillance* invisivelmente enredadora. Ao conjunto de marcadores desse contexto acresce ainda, com flexões de embaraço, que, dentre todas as modalidades de práticas glociais interativas, as mais problemáticas são, por razões historicamente evidentes, as conservadoras e reacionárias do ponto de vista político-econômico, sociocultural e moral-prático, isto é, aquelas que propendem, afirmativamente (porém nem sempre intencionalmente), no reduto de cada contexto glocal, para a perpetuação social-histórica do processo de reprodução do mencionado modelo multicapitalista de civilização mediático-transnacional, em razão de funda concordância (de classe, de grupo ou individual) com a cadeia de valores que a sustenta, desde o reduto espontâneo da vida privada até a macroescala sistêmica, cuja lógica somente pode ser alcançada mediante trabalho sistemático de mediação conceitual. Não surpreende que os ingredientes integrados dessa engrenagem de pressupostos pouco notada, estando umbilicalmente pendurados na subjetividade cotidiana e atuados pelo sujeito a cada acesso a rincões de rede, a cada *click*, a cada *post*, a cada *comment* etc., configurem-se, na qualidade de valores matriciais que representam, como um imaginário tecnológico de época, com seu *modus operandi* estruturalmente fincado na profusa conurbação de vontades desdobradas para além das racionalidades individuais, dos grupos ou setores sociais mais organizadas e da potência controladora das instituições legadas pela modernidade política dos séculos XVIII e XIX.

O eixo conclusivo – *as if it were the first one* – de preocupação da obra alça-se às urgentes heterodoxias educacionais quando todos os setores sociais e, na imanência deles, a própria cultura passaram a ser multiarticulados por processos de informatização, virtualização e ciberespecialização. Em meio a modelos convencionais e “inovadores” de estratégias pedagógicas, de transmissão do conhecimento e de condicionamento de aprendizagem com apoio na aplicação meramente tecnicista ou instrumental de tecnologias digitais e redes interativas em sala de aula; e, igualmente, em meio a tanta produção teórica de adorno e defesa desse modelo conservador de educação (inclusive na modalidade à distância), constitui alento incomum conhecer reflexões que engrossam o coro de tendências que repensam e criticam o estado da arte nesse âmbito e abrem caminho para a concretização de novos horizontes educativos, não redutíveis a padrões de práticas que, no fundo e ao cabo, não cumprem mais que uma função laudatória ao *status quo*, num terreno sociocultural onde jamais poderiam se realizar de maneira tão limitada. Do ponto de vista da teoria social, é necessário, de fato, qualificar e aprofundar, cada vez mais, propostas de esclarecimento público que permitam superar mesmices argumentativas (dentro e fora do Estado, dentro e fora das Universidades) que, a serviço da modernização da educação mediante tal apropriação e uso instrumentais de “novas tecnologias” ou “plataformas digitais”, acabam por servir, não sem honrarias inconsequentes, à vacuidade da crítica, a mesma que deveria, antes, ser desafiada, bem como à banalidade de uma educação cujo único sentido empata com o ajustamento consciente, cognitivo e comportamental dos alunos à “realidade concreta” das “profissões esperadas” e do “mercado de trabalho”. Onde reina, como imperativo social-histórico de reprodução do *status quo*, o ensino do pensamento zero sobre a exuberância cultural do mundo ao redor e sobre as tendências planetárias e glociais que o constituem deve adentrar, para a devida esgrima simbólica, para a recomendada disputa de sentidos (de vida), uma prática sociometodológica de produção de tensão que, com diplomacia e justificativa, dissolva, a partir de dentro, tanto mais inteiramente quanto possível, os paradigmas vigentes e, em seu lugar, implante modelos desafiadores que liberem a produção do pensamento sobre a diversidade da vida, sem jamais deixar de contribuir para uma formação que, ao mesmo tempo, abarque (e não descarte, simplesmente) as necessidades elementares de igual preparo consistente e consequente para o exercício bem-sucedido de atividades profissionais na atual divisão social trabalho, em contínua

transformação sociotecnológica. Sobretudo nas metrópoles e cidades médias desenvolvidas, a cibercultura, desde a vida cotidiana no domínio doméstico até a longa vida laborial em esfera externa, requer, urgentemente, do universo institucional da educação (em todos os níveis), antiparadigmas (para calcar-se as tintas) que remodelem, tanto mais radicalmente quanto possível, as estratégias de ensino e sua eficácia de médio e longo prazos. Não lacunam reconfigurações social-históricas robustas que indiciam historicamente tal necessidade. Há pelo menos três décadas de glocalização generalizada e tecnologicamente diversificada, indivíduos são ciberculturados a céu aberto, desde tenra idade, fora das instituições escolares. A mudança recobre tanto aspectos formal-tecnológicos disponíveis, quanto de conteúdos socialmente circulantes, hoje em proximidade (permitida ou clandestino) na palma da mão. A “educação informal” da vida aberta (no âmbito familiar, vicinal, religioso, de lazer etc., *online* e *off-line*) tem travado silenciosa concorrência, cada vez mais forte, com a “educação formal”, institucionalizada no segmento social atinente, em edificações típicas: as interações “na rua” têm sobrepujado as da escola, por assim dizer. Para todos os efeitos de cumprimento da promessa originária da educação institucionalizada, o sistema escolar (de Estado, privado, confessional ou misto) corre, de certo modo, amplo risco de se tornar descartável em futuro próximo, se não realizar esforço compatível de adaptação social-histórica, conforme sinalização na sequência. A ordem historicamente emergente dos *media* digitais miniaturizados e de sua potência comunicacional ultraveloz e de consequências imprevistas contrapressiona, sem pausa, a forma e o conteúdo oficiais do sistema escolar a cumprirem estágio necessário de transformação correspondente, de modo a, passo além, colocarem-se em posição de ascendência em relação à “ordem social” com a qual estão em severa defasagem. Esse “cerco do mundo” sobre a educação abrange, no atacado e no varejo, tanto a política oficial de Estado para o segmento, quanto a realidade curricular obrigatória de cada estabelecimento de ensino. Tal pressão mundana, por mais inespecificamente pantópica e volátil que seja, evidenciam o quanto urdiduras social-históricas macroprocessuais não deixam de prender-se a fatos relativamente banais, na linha avançada das consequências não-planejadas da glocalização interativa, a de uma forma de vida diuturnamente tecnoaculturada em rede, a partir da linguagem digital nas mãos do comum: em países ou regiões de abundante riqueza glocal diversificada, crianças de várias classes sociais encontram-se, não raro, mais “preparadas” hoje em comparação a seus próprios professores em matéria de competência tecnocultural, que elas acumulam livremente mesmo em etapas prévias ao ingresso no primeiro ano escolar ou à sua inserção nas atividades letivas de cada período – um fato de inversão historicamente incomum que sintomatiza que aprendizes potencializados por protoconhecimentos superficiais de linguagem digital acabam por exercer estranha maestria sobre os próprios feiticeiros, os mesmos que há não muito tempo gozavam de autoridade quase absoluta. Para além de metodologias pedagógicas passadistas e currículos escolares em dessimetria completa com as exigências tecnocognitivas, socioperceptivas e corporal-sensoriais do mercado de trabalho e de profissões emergentes, das tendências intermediáticas, de consumo e de entretenimento, enfim, dos horizontes correntes da vida produtiva e de relação, professores tecnoculturalmente “atrasados” [que precisam, na sala de aula (presencial ou interativa), seduzir, com táticas sempre insuficientes, a atenção dos alunos desigualmente disputada pelo *environment* tecnocultural de regozijos subjetivos dispersivos com base em miniaturas infotecnológicas], bem como infraestruturas físicas inapropriadas, de par com ambientes digitais de educação à distância contraproducentes (do ponto de vista interacional) refinam o tom da escala abismal que divide, numa defasagem cronológica decadal, a dromoaptidão profusa da vida sociotecnológico-glocalizada e a dromoinaptidão flagrante do sistema escolar instituído – hiato já dramático, pouco notado em sua profundidade e, com efeito, discursivamente obnubilado sob o álibi da formação necessária de todos os indivíduos pela instituição escolar. Implica-se aí, na

inteireza do *background* da *ratio* didática, o edifício glorioso da modernidade das Luzes, carente – enfatize-se – da revisão superativa apontada.

Evidentemente, inexistente consenso teórico, conceitual e metodológico sobre qualquer desses seis segmentos prioritários de preocupação. A presente obra é, nesse sentido, uma contribuição intelectual a todos os esforços que, nas várias rotas desse longo e alargado caminho pluritemático, procuram os lugares mais recônditos, e mais raros, em que a incidência entrecruzada de densas nesgas de luz costuma aprumar referências renovadas de inteligência interpretativa.

3. Imaginário profundo da obra

Techné

Para além das conjuntizações de traços estruturais da obra, assentadas, ainda assim, ao nível concreto das apreensões internamente sistematizadoras, vale selar, em complemento – brindar compensatoriamente a especial atenção do leitor –, um excursão metacrítico capaz de elucidar, numa elipse única e oportuna, a própria existência reflexiva da obra com base na e a partir da natureza integrada das argumentações capitulares. Esse procedimento intradeducitivo visa, em outras palavras, expor a obra em cerzadura um passo aquém de sua fundura de conjunto, ali onde a viga condutiva e sustentadora da tessitura das argumentações propostas toca o imaginário do conjunto mediante aferição do pressuposto que, na obra, radica no cerne de suas próprias problematizações prioritárias. Por injunções imanentes que a sequência se encarregará de patentear, tal pressuposto não deixa de coincidir com as raízes do próprio imaginário social mais remoto da própria civilização mediática avançada, desdobradas direta ou indiretamente no bojo dos efeitos sociotecnológicos concretos do tempo real típico da cibercultura (*online*, *streaming*, GPS etc.), o que igualmente evoca a razão da própria existência fenomenológica de seus objetos eletrônicos historicamente singulares e de suas práticas sociais nem globais, nem locais, mas glocalizadas, em turbilhão digital e interativo; e, na transparência das filigranas envolvidas, condiciona, numa espécie de permissão transpolítica, a reconfiguração tecnocultural das relações sociais de poder doravante no quadro atualizado da interação entre sujeito (corpo/subjetividade), *media* (*écran*/rede), alteridade (corpo ausente/espectro atuante) e mundo (concreto/imaterial) – tudo sem jamais restar preterido, no conjunto, o acompanhamento desse cenário pela multitude de interesses cognitivos materializados na pesquisa teórico-empírica, em dialética delineada conforme abaixo.

Alcançando voleio social-histórico uníssono, a apreensão reflexiva, fiel à inferência pretendida, entrelaça, em círculo tenso mas jamais intradiscrepante, *empíria* e *episteme*, no sentido de que a cada fase social-histórica da primeira, a cada uma de suas configurações majoritárias, sempre internamente multitendencial e, como tal, imprevisível, tomam lugar na cena do debate público – em congressos e esparsas mesas redondas, em livros e periódicos, nos jornais e na rede – narrativas explicativas que acedem ou resistem, de toda forma reagem, às condições tecnoculturais e sociofuncionais vigentes, ainda que como ingrediente da mesma bolha praxiológica e discursiva de produção epocal. A aparente novidade do procedimento se patenteia ante a simples constatação de que ele, como metacrítica, apenas leva devidamente a sério a convivência dialética entre realidade e explicação, fenômeno e investigação, fato e versão, enfim, vice-versa, entre teoria e prática, ambas vistas como fatalmente simultâneas e conflitualmente entrançadas na e sob a lógica social de uma mesma época, no caudal do metabolismo sociofenomênico de uma mesma temporalidade social-histórica, ainda que em estratos identitária e obviamente distintos. Embora evidente até certo ponto, a tarefa visa, com

efeito, trazer tal matéria relativamente pacífica para o espectro da visibilidade conceitual e, bem assim, colocá-la, igualmente, na mesa de discussão.

Para tanto, é preciso reaprumar a reflexão no chão sociotécnico comum e silente em que radica o traço mais remoto das argumentações capitulares, vale dizer, na região significativa *a priori* de entrefiação de seus fundamentos – a *techné* –, mobilização de enfoque assestada, no entanto, com a inovação semântica necessária, na forma de uma heterodoxa (ainda que rápida) revisita à cultura grega antiga para retomada de características peculiares às respectivas narrativas míticas. Em palavras que refundem os apontamentos acima, a obra pode, de fato – e talvez se esteja diante de indicativo de premissa universalizável, a depender do ponto de vista –, ser compreendida no e a partir de seu próprio imaginário mais profundo, à sombra ou sob impreciso perímetro de sua *empíria* retroativa mais articulatória e lastradora, para além daqueles imaginários, em tudo conexos, expressos na e pela explicitação das escolhas temáticas dos autores participantes, bem como na e pela estrutura subsumida de suas problemáticas prioritárias – imaginário mais profundo que, no entanto, se hipostasia em ambos. Por motivos senão identitários, essa compreensão será expressa com especial inspiração na obra de Cornelius Castoriadis.

3.1. Totalidade autopoietica epocal entre *modus operandi* da cibercultura e conhecimento

Raízes mítico-etimológicas da *techné*

O estágio de complexidade e pluralismo da pesquisa na e sobre a cibercultura corresponde, flexivelmente – em tese geral –, à irreversível sofisticação dos próprios objetos infotecnológicos (em matéria de operacionalidade, *design* e alcance em rede), à notável diversificação dos modos de apropriação e uso desses objetos capazes de tempo real e à autonomização funcional dos mesmos em relação à ação e vontade humanas, abrindo-se, assim – elas, como alteridades –, a sempre diferentes práticas sociais.

Esse movimento expansivo e contínuo da cibercultura, tanto no terreno da *empíria*, quanto na dimensão da *episteme* – ambos conjugados à sombra da lógica da automação, à luz de formas de sociabilidade a eles correspondentes e em derivação imprevisível do imaginário social epocal que, no interior do processo fenomenológico multilateral de produção e reprodução da informatização, da virtualização e da ciberespacialização da cultura, regula impessoalmente as três mencionadas macrotendências, estimula a fundação imanente da “carne do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2009, p. 127-150), espessura material e simbólica formada na e pela relação entre corpo, linguagem e objetos, existentes no, com o e para o mundo instituído por esse mesmo imaginário social, ao modo de uma ação histórica criadora de formas *ex nihilo* (CASTORIADIS, 1982, p. 13). Trata-se, no todo, da *autopoiesis* de uma sociabilidade – aquela entre *episteme* e *empíria*, tanto quanto aquela entre corpo/linguagem/conhecimento e objetos/redes/mundo – que, inexoravelmente, carrega, em seu *modus operandi*, alicerçado em valores e práticas epocais, sua saturação e seu esgarçamento, correspondentes – não é equivocado dizê-lo – às relações entre a reprodução ampliada e cotidiana do capital e o excesso de produção simbólica constitutivo da natureza do corpo/psique/cognição, sobretudo quando sob inelidível pressão sociodromocrático-produtivística. Capital subjetivamente objetivado e psique objetivamente subjetivante, tomados cada qual e em mutualidade, aspectos indiciadores de seu reescalonamento ao nível coletivo, encontram, na reiteração identitária de si próprios, uma alternativa para reverberarem, no todo indistinto, a sua existência como singularidade.

Em particular, enfocando-se apenas a dimensão empírica das condições acima apreendidas, a cibercultura nutre-se da produção e reprodução permanentes dos objetos infotecnológicos e de suas relativamente correspondentes formas múltiplas de apropriação e uso, as mesmas que o funcionalismo necrosado das tendências osmóticas de mercado, entre produção e consumo, entre proposição industrial de modelos maquínicos e adesão de massas no mundo inteiro, tornou autorreferente, irrefreável e sem finalidade, como se os mencionados objetos e, com eles, o respectivo processo social que lhes justifica a existência tivessem assumido ares fetichistas, como entes autônomos, com necessidade de desempenho desimpedido de afirmação social mediante autorrenovação *ad infinitum*.

Essa “performance sociodromocrática reciclável e compulsiva” dos objetos infotecnológicos, alimento da *empiria* pragmática e utilitária da cibercultura e, *vis-à-vis* – agora se pode recobrá-la de novo –, da respectiva dimensão epistêmico-cognitiva da pesquisa teórico-prática, têm, na alteridade recontextualizada – o “neocliente”, o “ciberconsumidor”, o “usuário”, o “público *online*”, renovadamente egresso do espectador de rádio e TV, do leitor da imprensa escrita etc. –, o destino precípua de suas pulsões criadoras. Tais objetos, em especial, projetam-se – redes pressupostas – nas relações e práticas sociais para afetar (glocalmente ou não) corpos/psiques já previamente disponíveis para autoafetarem-se, vale frisar, em termos sociofenomenológicos, corpos destinatários dos quais, no fundo, esses mesmos objetos e redes promanam na qualidade de reverberações da autoafetação do imaginário social instituinte das relações e práticas sociais.

Esse modo ciclicamente autoagonístico e multivivificante de os entes infotecnológicos existirem e persistirem encontra na *tique* grega uma lógica inusitada de relação imanente com a subjetividade. No panteão mítico da Grécia antiga, *tique*, proveniente do verbo *tynkhánein*, equivale significativamente às relações do humano com “(...) o acaso, a sorte, o fado bom ou mau (...)” (BRANDÃO, 2014, p. 604-605). *Tique* cumpre seu desígnio mediante repetidas tentativas de uma ação particularmente voltada para o atingimento de um objetivo. Reiterando incansavelmente o seu propósito, *tique*, além de realizá-lo, mostra-se atrativa como estratégia para o humano lidar com a inevitabilidade de *Moirá* – personificação do destino de cada mortal –, e de sua respectiva fatalidade, da qual nem os deuses se vêm livres (ibidem). Não por via etimológica diversa, o mesmo verbo que lega *tique* (*tynkhánein*) se evidencia fonte de *tíquio*, termo igualmente ligado a um circuito complexo de significações. De par com *tique*, *tíquio* significa “(...) encontrar por acaso, obter por sorte (...), deparar-se casualmente, acontecer (...)”; é, assim, aquele “(...) favorecido pela sorte” (ibid., p. 605) – destinação aleatória igualmente alcançada através da operação de repetição como forma de atingir um fim, a saber, a sorte como presença benevolente de *Moirá*. Resulta profundamente interessante que *tíquio* compareça associado ao verbo *teukhein* (ibidem), utilizado por Castoriadis (1982, p. 260-313) para nomear uma das dimensões do imaginário instituinte, responsável pela produção do social. *Teukhein* refere-se às operações do juntar e ajustar, do fabricar e construir, que, segundo o mesmo autor (ibid., p. 301), é fonte etimológica de *techné*.

Na mitologia grega, *Tíquio*, com inicial maiúscula, é o nome do correeiro responsável pela confecção do escudo de couro de *Ájax Telamônio* (BRANDÃO, 2014, p. 605), herói cuja virilidade se expressa por um conjunto de propriedades ascensionais – ele é alto, belo, forte, destemido e, mais importante, calmo, austero e dotado de autocontrole (ibid., p. 34). *Tíquio* foi favorecido pela sorte ao lhe ser destinada a função honrosa de fabricar o escudo usado por *Ájax Telamônio* em suas lutas. Ao desempenhar seu destino, *Tíquio* foi condecorado pela vinculação de seu nome à virilidade, ao poder e à glória de *Ájax Telamônio*, ficando assim conhecido como artesão detentor do domínio perfeito de sua arte.

No repertório lexical da língua portuguesa, *tique*, além de afixo morfológico (em geral, empregado como sufixo), corresponde, em significante isolado, a “[...] cacoete, trejeito [...]”. Nessa forma e sentido, tem origem no francês *tic* (CUNHA, 2010, p. 636), caracterizado como

“[...] mouvement convulsif, geste bref automatique, répété involontairement sans but fonctionnel. [...] Geste, attitude habituels, que la répétition rend plus ou moins ridicule [...]” (ROBERT, 2013, p. 2.554). A presença de “tique” em “automatique”, por exemplo, sugere, por associação de ideias, a relação de simetria e dependência entre a repetição indiscriminada de movimentos do autômato e a repetição involuntária e dramática de gestos do corpo que desempenham um sofrimento psíquico, na linha de interpretação da psicanálise freudiana (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 656), mais tarde reelaborada por Lacan (2008, p. 65-68). A repetição, dispositivo *sine qua non* à existência permanente da própria cultura e, não por acaso, tão cativa da produção material e simbólica da civilização tecnológica, radica, por evidente, como determinação, na prática de procedimentos mentais e de movimentos do corpo com vistas ao desenvolvimento de competências e de capital social.

No subsolo semântico das placas tectônicas etimológicas que jamais se dissolvem na história, a remanência das significações mencionadas – *tique*, *tic*, *teukhein*, *techné* e a epopeia do artesão Tíquio –, comparece involuntariamente desdobrada no bojo de interpretações sobre o complexo trinômio corpo-psique/subjetividade-objetos infotecnológicos. Uma delas corresponde ao entendimento de que a psique se traduz em operação da subjetividade (aqui sinônimo de relações entre emoções, percepção, imaginação, desejo, pulsões e projeções constitutivas do corpo) que, em seu desempenho diuturno – diga-se, repetitivo –, encontra nos objetos tecnológicos uma realidade também psíquica com a qual operar a repetição de si na função de operação-destino da qual não se pode escapar. A individuação da subjetividade, seu fazer-se distinto em relação a outrem, vivenciada com a aparência de fatalidade, realiza-se à maneira de uma necessidade de firmar-se em sua existência – uma necessidade que, por razões imanes, não se distingue, em natureza, de sua própria força compulsiva. Para essa operação, a subjetividade encontra nos objetos tecnológicos e em sua relação com eles, possibilidades variadas, reiterativas por excelência, para concretizar intenções, isto é, praticar-se e confirmar-se como existente individuado, que sempre se admite singular e único. Outra interpretação, inspirada nas significações já mencionadas, vê relação de poder entre corpo e *techné*, baseada em cumplicidade e em liberdade de ação entre os dois termos. O artesão Tíquio é protótipo da manifestação do imaginário na qualidade de criação *ex nihilo* de formas (CASTORIADIS, 1982, p. 13), imaginário que reúne, em uma mesma ação, as operações, sempre conjugadas, do fabricar e do designar. Algo concebido no pensamento-linguagem e, ato contínuo, construído tem suas funcionalidades e seu respectivo nome determinados no próprio ato de criação. A ação de designar é atribuída por Castoriadis à finalidade-base do *legein*, dimensão do imaginário instituinte do social-histórico equivalente ao dizer social, e em relação ao qual o fazer social (*teukhein*) está inevitavelmente atado. O *teukhein* (juntar, ajustar, fabricar e construir) é um *legein* (distinguir, escolher, estabelecer, contar e dizer) porque, ao fabricar objetos, estabelecer entre eles e a partir deles realidades funcionais e hierarquias, o imaginário está, igualmente, operando a linguagem e as significações sancionadas por uma sociedade determinada (ibid., p. 301-302). *Teukhein* e *legein* orientam-se por uma lógica identitária-conjuntista de organização do social.

O que parece ser uma inocente operação situada na interseção entre imaginário e natureza corresponde ao poder de criar objetos e de atribuir nomes. A vinculação inextricável entre designação e forma, equivalente ao poder da ação/determinação, também é apontada por Ivánov (2009, p. 55-58) em estudo sobre a maneira pela qual as mitologias indo-europeia e grega ligam o ato de nomear ao trabalho do artesão ou daquele possuidor da competência da *techné*. Segundo Ivánov (*op. cit.*, p. 56), a figura do inventor é o elo entre o poder do discurso, que institui a correspondência entre significante e significado, e o desempenho da *techné* personificado pelo escultor, pelo ferreiro e pelo carpinteiro. Nesse contexto mitológico, a divindade responsável pela atribuição de nomes equipara-se ao artesão, que confere realidade conceitual e empírica – em outros termos, social – à organização de dada sociedade. O

atribuidor de nomes e o artífice são permutáveis; ambos são inventores e, ao desempenharem seu destino, forjam realidades que não são outras senão sociais. A partir desse quadro interpretativo, Tíquio – voltando-se a ele – personifica o poder divino da criação, de atuar na origem das coisas ao dar existência (e nome) a um instrumento cuja finalidade é constituir uma totalidade com Ajax Telamônio, que, lembre-se, desempenha seu heroísmo, isto é, cumpre seu destino, *com* o escudo de couro fabricado por Tíquio. Este é o ponto fundamental: o correio atua na existência de Ajax Telamônio, tendo-o como parceiro, agindo sobre a ação do herói [interpretação possível com inspiração na definição de Foucault sobre a natureza do poder (2009, p. 273-295)] ao provê-lo com um elemento que constitui sua competência sequencial.

A ação – de certos indivíduos e/ou objetos tecnológicos – sobre outros, constituindo um diagrama de relações de poder (*mutatis mutandis*, como ocorre na relação entre Tíquio, Ajax Telamônio e aqueles que este nomeou como alvo de disputa), condiciona, em repercussão *ad infinitum*, a criação de redes de significações epocais que abarca, em liame inextricável (e que envolve até múltiplas narrativas), os próprios indivíduos e os objetos tecnológicos em geral. Ambas as vertentes, conexas, nascem no social e têm no social sua razão de ser e seu destino.

O entrançamento de relações de poder, espargidas na ação relacional, cotidiana e livre, de indivíduos, objetos/redes interativas e alteridades imaterializadas, coagula-se em formações simbólicas e imaginárias, socialmente sancionadas e assentadas em elementos funcionais (*teukhein*) e em significações (*legein*) (CASTORIADIS, 1982, p. 159), entre as quais se encontra a própria pesquisa científica, esta rica instituição social – rica em imaginação, efeito de criação e resultados concretos, independentemente de a atividade ser ou não sustentada por recursos financeiros – que é, ela mesma, produto-ator simbolicamente mediado do imaginário instituinte do social-histórico. Insere-se, *in totum*, neste ponto, a cibercultura, na condição de época social-histórica e, simultaneamente, de campo específico de configuração temática da prática de pesquisa. Constituída e permanentemente remodulada por suas próprias relações de poder, que atravessam o desenvolvimento da produção de conhecimento atinente, a cibercultura é, nesse aspecto, o desdobramento de uma rede profusa de sentidos, polivalentes, objetivados e/ou latentes, composta por práticas de múltiplos agentes interatuantes, a saber: a megatecnoburocracia da produção social da glocalização digital e interativa (na forma de uma poderosa indústria pluriramificada de produtos e serviços tecnológicos e de telecomunicações), o Estado (como instância regulamentadora de práticas socioeconômicas e financiadora da pesquisa), as organizações não-governamentais, as Universidades e os institutos de pesquisa (com seus aparatos e *staffs* administrativos e seu enorme contingente de pesquisadores), as instituições financeiras (públicas e privadas), os *media*, a miríade de plataformas digitais de sociabilidade e os milhões de usuários-consumidores no mundo inteiro, entre outros fatores alinhados e relevantes.

3.2. Resposta à época: pesquisa, autonomia e posicionamento

Não sem outras razões, a diversidade teórico-epistêmica, metodológica e temática que o leitor cedo notará na presente obra reverbera, das camadas expressivas mais profundas às mais explícitas, tais relações de poder constitutivas da dimensão material e simbólica da cibercultura. As argumentações capitulares, porém, não atuam tais regimes de conflito como se lhes fossem meras superfícies linguísticas (terminológicas e semânticas) de espelhamento. A totalidade dinâmica da fase interativa da civilização mediática, descartando harmonia intrínseca, encerra, evidentemente, fissuras, no interior das quais o conhecimento assentado em e derivado de processos de pesquisa, representando um tipo há muito prioritário de liberdade de pensamento e opinião, pode, se o quiser, dilatar amplamente as suas margens de autonomia espiritual (na

acepção estritamente alinhada à razão filosófica) em relação às várias facetas do *status quo*. Em particular, esse posicionamento articula, no e pelo discurso tensional, fazendo-lhe jus, a estria apriorística necessária que, independentemente do pertencimento conjunto à mesma temporalidade epocal, o *locus* da Universidade deve manter tanto com o *locus* da produção quanto com o *locus* do mercado, para não incluir no mesmo *modus operandi* outro *locus* conexo, o das formas sociais de apropriação e uso das tecnologias digitais e redes interativas, marcadas – conforme anteriormente apontado – pela subordinação voluntária do corpo ao *modus vivendi* glocalizado tão sonhado pelas maquetes digitais do imaginário pós-industrial e, nessa esteira, majoritariamente articuladas por práticas sociais e valores culturais que radicam na reprodução social-histórica da cibercultura.

Cibercultura em tensão soma-se, como emblema, ao círculo raro desta resposta multivocal necessária à dinâmica da época. A obra reage fortemente perante a e a respeito da lógica social-histórica da *empiria* autodesdobrada e multiexpansiva da cibercultura, seja por meio da necessária ponderação criteriosa em relação ao objeto, seja acumuladamente pelo procedimento apriorístico de inflexão da crítica em relação ao contexto a que o objeto pertence. As argumentações selecionadas vigoram como tessitura teórico-conceitual de contradesempenho político (*lato sensu*), exemplar de uma subjetividade reflexiva caleidoscópica e internamente solidária na pressuposição incondicional de independência, a partir de cada segmento temático e/ou problematização priorizado. A veia identitária dessas argumentações não se demite aprioristicamente, de forma voluntária ou inconsciente, diante do respectivo objeto escolhido, nem capitula em relação ao contexto deste. A obra não se submete ao mero descritivismo metodológico academicamente predominante no campo de estudos da cibercultura e searas epistemológicas afins (como o da sociedade da informação, da sociedade do conhecimento, da sociedade em rede etc., todos ainda com “sociedade”) – procedimento metodológico na forma daquele modelo “recomendado” de desenvolvimento de textos científicos que, vestindo-se de adornos de neutralidade e objetividade, somente caracteriza as franjas aparentes do recorte objetual sem tensionar seja a sua natureza, seja os seus fundamentos, seja ainda as suas consequências de médio e longo prazos. Reporta-se simplesmente ao *que é*, rearranjando os dados de suas relações empíricas, sem alçar voo – de várias mediações conceituais – para o “lugar” intelectual em que o significado do abordado coincide com a sua razão de ser e/ou com sua função social-histórica na estrutura dinâmica do processo civilizatório; enfim, prefere esgotar-se nas facilidades da análise subsumida ao estrato factual a redobrar o fôlego na direção de uma reflexão teórica de maior profundidade, com proposta epistemológica específica ou não. *Cibercultura em tensão* se nega, portanto, a figurar como mero acompanhamento mimético do desenvolvimento sociotecnológico e de seus arranjos materiais e imaginários no plano da cultura, da pragmática entre humano e máquina, do comportamento cotidiano e assim por diante; a se assumir – mais ainda – como simples operação cognitiva de mimese letrada ou volátil legenda simbólica, de tipo científico, perante as movimentações do mundo imediato e de suas projeções de médio e longo prazos. Em palavras tônicas, a obra se nega a ser um apanágio acadêmico da megatecnoburocracia da interatividade, de seus produtos e redes. Ela resolve e supera, assim, aquele mal-estar da teoria caracterizado pela flagrante carência de (o)posições autorais, fundadas em algum nível de criticidade (cf. TRIVINHO, 2001).

Com essa credibilidade *per se* talhada em seu perfil de conjunto, *Cibercultura em tensão* contesta, do fundo histórico-semântico às mobilizações mais imediatistas, o que a época, em sua caudalosa e irrefreável *empiria*, fez da *techné*, tal como ela hoje se vê glocalmente barganhada pela intolerância de todos os tipos, pelo acoplamento acachapante entre humano e *media* miniaturizados como “estilo de vida”, pela dependência digital socialmente obliterada, pelas hibridações socioculturais e transpolíticas inquestionadas, pela algoritmização da sociabilidade em rede, e assim por diante. Como tal, a obra é, ela mesma, uma contribuição à

educação heterodoxa das percepções e afecções de mundo, válida como proposição consistente e reativa, isto é, como marca atonal no compasso no debate público, independentemente da possibilidade de reversão ou não das tendências e horizontes social-históricos em curso.

Referências

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

HERÁCLITO. **Heráclito: fragmentos contextualizados**. Tradução [do grego] de Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus, 2012.

IVÁNOV, Viatcheslav. **Dos diários de Serguei Eisenstein e outros ensaios**. São Paulo: Edusp, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROBERT, Paul. **Le petit Robert: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Paris: Le Robert, 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

TRIVINHO, Eugênio. **O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

_____. **Glocal: visibilidade mediática, imaginário *bunker* e existência em tempo real**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2014.

_____. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007.

VIRILIO, Paul. **L'horizon négatif: essai de dromoscopie**. Paris: Galilée, 1984a.

_____. **Guerra pura: a militarização do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

_____. **La vitesse de libération**. Paris: Galilée, 1995.

_____. **Velocidade e política.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **L'inertie polaire:** essai. Paris: Christian Bourgois, 2002.